CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILA BOA DE OUSILHÃO

Relatório de Gestão

EXERCÍCIO DE 2015

1. Evolução da actividade da Instituição

A actividade da Instituição teve uma evolução desfavorável no exercício de 2015, registando uma diminuição de 13 585,96 €, relativamente a 2014. Este decréscimo foi originado pela diminuição dos utentes, nomeadamente na valência de Centro de Dia, pese embora o aumento das mensalidades das restantes valências.

No entanto, de realçar que, apesar das mensalidades terem diminuído, os apoios da Segurança Social registaram um aumento relativamente ao exercício anterior, no montante de 7 530,98 €. Inversamente, os apoios concedidos pela Câmara Municipal de Vinhais registaram uma diminuição de 990,40 €. Por último, de referir que se recebeu um apoio extraordinário do Fundo de Socorro Social, que ascendeu a 45 000,00 €.

2. Investimento

Durante o exercício de 2015 a instituição não realizou qualquer investimento.

3. Gastos, Resultados e Rentabilidade

3.1 Gastos

No que concerne aos gastos do exercício, verificou-se uma ligeira diminuição no consumo de matérias-primas e em fornecimentos e serviços externos relativamente a 2014. Contudo, os custos com pessoal aumentaram consideravelmente, em virtude da revisão salarial imposta pela actualização do Boletim de Trabalho e Emprego aplicável às IPSS.

De salientar ainda que os juros suportados diminuíram, tendência que se manterá, pelo facto de o capital em dívida diminuir.

3.2 Resultados

Os resultados da Instituição no último exercício registaram uma variação positiva. Esta variação deveu-se aos factos expostos nos pontos anteriores. Assim, o resultado líquido do exercício foi positivo, ascendendo a 19 240,28 €.

4. Pessoal

O quadro de pessoal da instituição é composto por 14 trabalhadores, encontrando-se repartido por áreas específicas, devidamente hierarquizadas, o que possibilita orientar em moldes convenientes a actividade da instituição, bem como proporcionar estabilidade na concretização dos objectivos que a instituição se propôs implementar.

5. Dívidas ao Estado e à Segurança Social

A situação da instituição perante o Estado encontra-se totalmente regularizada.

6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e ou divulgação nas contas do exercício.

7. Evolução previsível da actividade

A análise da evolução da actividade, tendo em conta os primeiros meses de 2016, perspectiva a sua estabilidade.

8. Proposta para aplicação dos resultados

A Direcção propõe que o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, que ascendeu a 19 240,28 € positivos, seja aplicado:

- Na sua totalidade em Resultados Transitados.

9. Considerações finais

A finalizar este relatório, apresentamos os nossos agradecimentos a todas as entidades colectivas e individuais que connosco têm colaborado.

Agradecemos o zelo e o empenho dos nossos colaboradores na prossecução das tarefas que lhes foram confiadas, denotando mais uma vez uma dedicação exemplar ao **CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILA BOA DE OUSILHÃO**.

Bragança, 8 de Abri de 2016.

A DIRECÇÃO

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILA BOA DE OUZILHAO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA ESNL
PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2015

RENDIMENTOS E GASTOS	Lar	Apoio Domiciliário	Centro de Dia	Total 2015
Vendas e serviços prestados	106.672,90	18.120,96	1.926,14	126.720,00
Subsídios à exploração	133.996,41	22.762,52	2.419,51	159.178,44
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-27.329,35	-4.642,55	-493,47	-32.465,37
Fornecimento e serviços externos	-25.310,81	-4.299,65	-457,03	-30.067,49
Gastos com o pessoal	-168.451,48	-28.615,54	-3.041,65	-200.108,67
Outros rendimentos e ganhos	8.422,60	1.430,78	152,08	10.005,46
Outros gastos e perdas	-310,49	-52,74	-5,61	-368,84
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**27.689,77**	**4.703,77**	**499,98**	**32.893,53**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-10.294,40	-1.748,75	-185,88	-12.229,03
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**17.395,38**	**2.955,02**	**314,10**	**20.664,50**
Juros e rendimentos similares obtidos	17,54	2,98	0,32	20,84
Juros e gastos similares suportados	-1.216,45	-206,64	-21,96	-1.445,06
Resultado antes de Impostos	**16.196,47**	**2.751,36**	**292,45**	**19.240,28**
Resultado líquido do período	**16.196,47**	**2.751,36**	**292,45**	**19.240,28**

A DIRECÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILA BOA DE OUZILHAO
BALANÇO PARA ESNL em 31 de DEZEMBRO de 2015

Data: 2015/12/31
Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS 2015	DATAS 2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		351.213,93	363.442,96
Investimentos Financeiros	05	518,84	500,00
Activo corrente		**351.732,77**	**363.942,96**
Inventários			
Clientes	09	1.165,57	1.027,13
Estado e outros entes públicos		5.336,40	
Caixa e depósitos bancários	14	1,99	1,99
	13	38.321,78	48.775,66
Total do Activo		**44.825,74**	**49.804,78**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		**396.558,51**	**413.747,74**
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos			
Resultados trânsitados		4.289,66	4.289,66
Outras variações nos fundos patrimoniais		-53.213,03	-71.977,14
Resultado líquido do período		357.618,47	367.623,75
Total do fundo de capital		**308.695,10**	**299.936,27**
PASSIVO		19.240,28	18.764,11
Passivo não corrente		**327.935,38**	**318.700,38**
Passivo corrente			
Fornecedores			
Estado e outros entes públicos		14.182,69	33.015,41
Fianciamentos obtidos	14	6.209,24	5.838,95
Outras Contas a pagar	07,08	18.256,95	26.241,75
		29.974,25	29.951,25
Total do Passivo		**68.623,13**	**95.047,36**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**68.623,13**	**95.047,36**
		396.558,51	**413.747,74**

A DIRECÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Entidade: CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILA BOA DE OUSILHÃO
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO em Dezembro de 2015

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		Dezembro 2015	Dezembro 2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		121.383,60	140.305,96
Pagamentos a fornecedores		81.503,98	60.015,34
Pagamentos ao pessoal		200.085,67	171.019,82
Caixa gerada pelas operações		(160.206,05)	(90.729,20)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			(1,99)
Outros recebimentos/pagamentos		159.180,03	105.210,43
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(1.026,02)	14.479,24
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos		18,84	
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		20,84	7,96
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		2,00	7,96
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		7.984,80	7.400,59
Juros e gastos similares		1.445,06	1.976,73
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(9.429,86)	(9.377,32)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(10.453,88)	5.109,88
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		48.775,66	43.665,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período		38.321,78	48.775,66

O Contabilista Certificado

NIF/ Matricula
503 486 701

A Direcção

01 -IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILA BOA DE OUZILHÃO é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída a 27-01-1995, com sede em VILA BOA DE OUSILHAO, VILA BOA DE OUSILHAO, 5320-210, VILA BOA DE OUSILHÃO, e tem como actividade principal ACT. APOIO SOCIAL A PESSOAS IDOSAS.

O fundo patrimonial é representado por 4 289,66 € encontrando-se realizado na totalidade.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

02 -REFERÊNCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

02.01 -As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

" Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 09 de Março (Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo);

" Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março (Modelos de Demonstrações Financeiras);

" Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março (Código de Contas).

" Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para SNL);

" Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho - SNC.

02.02 -Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas, e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade:

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

02.03 -Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

02.04 -Adopção pela primeira vez das NCRF-ESNL - divulgação transitória:

A entidade adoptou a NCRF-ESNL pela primeira vez em 2012, desta forma a entidade preparou o balanço de abertura a 1 de Janeiro de 2012 aplicando para o efeito as disposições previstas na NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras de 2011, preparadas e aprovadas de acordo com o anterior referencial contabilístico, foram alteradas, de modo a que sejam comparáveis com as demonstrações financeiras de 2012.

O montante total de ajustamento à data da transição reflecte o diferencial registado nas demonstrações financeiras decorrente da conversão para a NCRF-ESNL, encontrando-se estes ajustamentos reconhecidos em resultados transitados ou noutra rubrica de capitais próprios que se mostre mais apropriada.

03 -PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

03.01 -Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

03.01.01 -Pressuposto da Continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

03.01.02 -Pressuposto do Acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

03.01.03 -Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

03.01.04 -Materialidade e Agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes

com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

03.01.05 -Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas actividades ordinárias, outras transacções que não geram rédito mas que são inerentes às principais actividades que o geram. Os resultados de tais transacções são apresentados, quando esta apresentação reflicta a substância da transacção ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transacção. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

03.01.06 -Informação Comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objecto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

03.02 -POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

03.02.01 -Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no fundo patrimonial como excedente de revalorização, excepto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas directamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo activo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é directamente reconhecido em resultados. Quando o activo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído nos fundos patrimoniais associado ao activo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às definidas no Decreto-Regulamentar nº 25/2009.

03.02.02 -Activos Intangíveis

Os activos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com actividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de activos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os activos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

03.02.03 -Imposto Sobre o Rendimento

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período.

03.02.04 -Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efectuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

O método de custeio dos inventários adoptado pela Entidade consiste no custo específico.

03.02.05 -Instrumentos Financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

a) Custo: estão os activos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

i) Sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;

ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;

iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes activos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);

- Outros activos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);

- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).

- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;

- Financiamentos obtidos;

- Outros passivos financeiros- Contratos para contrair empréstimos.

b) Ao justo valor: estão os activos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do "custo", sendo que as variações no respectivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes activos financeiros:

- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas (excepto quando se tratam de empresas cujas acções não estão cotadas na bolsa, neste caso, não se podendo determinar com fiabilidade o justo valor, as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade)- Activos e passivos financeiros detidos para negociação (São adquiridos ou incorridos essencialmente com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou pertençam a uma carteira de instrumentos financeiros e apresentem evidencia de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Incluem-se por definição nesta rubrica os instrumentos financeiros derivados). - Outros activos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os activos financeiros incluídos nas categorias do "custo" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados. Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de fundos patrimoniais (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

03.02.06 -Reconhecimento do Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

03.02.07 -Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

03.02.08 -Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para

a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões, existindo um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que não sejam possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões que resultem de matérias ambientais são reconhecidas e mensuradas como provisão de acordo com a obrigação relacionada.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

03.02.09 -Locação Financeira

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. Assim as locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

03.02.10 -Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

03.02.11 -Transacções e Saldos em Moeda Estrangeira

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Entidade) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respectivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são actualizadas.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos ou recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua natureza (operacional, investimento e financiamento) no período em que são geradas.

03.02.12 -Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos emprego classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo - Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação - Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

03.03 -Acontecimento Subsequentes e Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre

condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

03.04 -Principais Fontes de Incertezas das Estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

04 -POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

04.01 -Aplicação Inicial da Disposição da NCRF-ESNL com Efeitos no Periodo Corrente ou em qualquer periodo anterior, ou com possíveis efeitos em periodos futuros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adopção inicial da NCRF-ESNL.

04.02 -Alteração voluntaria em políticas contabilísticas com efeito no periodo corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento) ou com possíveis efeitos em períodos futuros.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

04.03 -Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos.

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

04.04 -Erros Materialmente Relevantes de períodos anteriores

Não se verificaram erros materialmente em períodos anteriores.

05 -ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

05.01 -Divulgações Sobre Activos Fixos Tangíveis

05.01.01 -Critérios de Mensuração usados para determinar a Quantia Escriturada Bruta

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no fundo patrimonial como excedente de revalorização, excepto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas directamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo activo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é directamente reconhecido em resultados. Quando o activo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído nos fundos patrimoniais associado ao activo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

05.01.02 -Métodos de Depreciação usados:

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

05.01.03 -Vidas Úteis e / ou Taxas de depreciação Usadas:

Os activos fixos tangíveis são depreciados em quota anual, de acordo com as taxas de depreciação definidas no Decreto-Regulamentar nº 25/2009.

05.02 -DIVULGAÇÕES SOBRE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

05.02.01 -Quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade nos A.F.T.:

Durante os períodos findos em 31-12-2014 e em 31-12-2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foi o seguinte:

QTA ESCRITURADA BRUTA E DEPRECIAÇÃO ACUMULADA NO INÍCIO E FIM PERIODO

	Qta Bruta	Situação Depreciações Acumuladas	Inicial Imparidades Acumuladas	Qtª escriturada	Qtª Bruta	Situação Depreciações Acumuladas	Final Imparidades Acumuladas	Qtª Escriturada
Outros activos fixos tangíveis	674682,03	311239,07		363442,96	(433981,27)	323468.10		(757449,37)
Terrenos e recursos naturais	498,80			498,80	498,80			498,80
Ed. e outras construções	554331,65	205102,69		349228,96	(554331,65)	216189.32		(770520,97)
Equipamento básico	83012,62	69297,42		13715,20	83012,62	70439.82		12572,80
Equipamento transporte	31597,90	31597,90			31597,90	31597.90		
Equipamento administrativo	3958,00	3958,00			3958,00	3958.00		
Outros A.F.T.	1283,06	1283,06			1283,06	1283.06		

05.02.02 -Quantia escriturada do excedente de revalorização e movimentos no início e final do período:

Durante os períodos findos em 31-12-2014 e em 31-12-2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como as adições, revalorizações, alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações foi o seguinte:

QTA ESCRITURADA DO EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO E MOVIMENTOS DO PER.

	Bens do dominio publico	Bens do património	Terrenos e recursos naturais	Ed. e outras construções	Outros Eq. básico	Activos Eq. Transporte	Fixos Eq. administrativo	Tangíveis Outros A.F.T.	Total
Saldo Inicial			498,80		83012,62	31597,90	3958,00	1283,06	674682,03
Saldo final:			498,80		83012,62	31597,90	3958,00	1283,06	674682,03
Saldo inicial					69297,42	31597,90	3958,00	1283,06	311239,07
Depreciações do exercicio					1142,40				12229,03
Saldo final:					70439,82	31597,90	3958,00	1283,06	323468,10

06 -ACTIVOS INTANGÍVEIS

A entidade não possui qualquer activo intangível.

07 -LOCAÇÕES

A entidade não tem qualquer locação contratualizada.

08 -DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Estes ascenderam a 1 445,06 €.

09 -INVENTÁRIOS

09.01 -Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e formula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso deste ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição actual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Os custos de conversão incluem os custos directamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão-de-obra directa. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos matérias em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa adopta como fórmula de custeio dos seus inventários a identificação específica, ou seja, são atribuídos a elementos identificados do inventário os seus custos específicos.

09.02 -Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Em 31-12-2015 e em 31-12-2014, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

QUANTIA ESCRITURADA DOS INVENTÁRIOS						
		31-12-2015			31-12-2014	
Descrição	Qtas Brutas	Perdas por Impar. Acum.	Qta Liquidas Escrituradas	Qtas Brutas	Perdas por Impar.Acum.	Qtas Líquidas escrituradas
Mercadorias	1165,57		1165,57	1027,13		
Total:	1165,57		1165,57	1027,13		

09.03 -Quantia de inventários escriturada pelo justo valor menos os custos de vender (no caso de correctores/negociantes)

A Empresa possuía os seguintes inventários escriturados pelo justo valor menos os custos de vender:

INVENTÁRIOS ESCRITURAODS PELO JUSTO VALOR		
Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Total:		

09.04 -Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas:

O apuramento das mercadorias vendidas e das matérias consumidas/produção foi como se segue:

QTA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDAS COMO GASTOS DURANTE O PERIODO

Descrição	31-12-2015 mercadorias	Matérias Primas Subsid. Consumo	Total
Inventário Inicial:	1027,13		1027,13
Compras		32603,81	32603,81
Inventário Final	1165,57		1165,57
C.M.V.M.C.	32465,37		32465,37

10 -RÉDITO

10.01 -Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvam a prestação de serviços

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

a) Vendas - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção passam ser fiavelmente mensurados;

b) Prestações de serviços - são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;

c) Juros - são reconhecidos utilizando o método do juro efectivo;

d) Royalties - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante;

e) Dividendos - são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do accionista receber o pagamento.

10.02 -O rédito reconhecido pela Entidade em 31-12-2015 e em 31-12-2014 é detalhado conforme se segue:

QUANTIA DE CADA CATEGORIA SIGNIFICATIVA DE RÉDITO RECONHECIDA

Descrição	31-12-2015	31-12-2014

QUANTIA DE CADA CATEGORIA SIGNIFICATIVA DE RÉDITO RECONHECIDA		
Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Prestação de serviços	126720,00	140305,96
Juros	15,77	
Dividendos	5,07	7,96
Total:	126740,84	140313,92

11 -PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

A entidade não reconheceu qualquer provisão, passivo contingente ou activo contingente.

12 -SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

12.01 -Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do governo

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIO DO GOVERNO				
Descrição	Subsídios Valor atribuido Per ou Per ant.	E.O.E.P. Valor imputado ao Periodo	Subsidios Valor atribuido Per ou Per ant.	O. Entidades Valor imputado ao periodo
Subsídios relacionados c/Activos /ao investimento				
Activos tangíveis:				
Bens do Património H.A.C.				
Outros activos fixos tangíveis		10005,28		
Activos intangíveis:				
Valor dos reembolsos no periodo respeitante		10005,28		
Subsídios à Exploração		159178,44		
Total		169183,72		

13 -EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável.

14 -IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A entidade não está sujeita a imposto sobre o rendimento.

15 -INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.01 -Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

15.01.01 -Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

A 31-12-2015, a Empresa detinha os seguintes activos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO MENOS IMPARIDA

Descrição	Quantia escriturada
Activos financeiros	5336,40
Clientes	5336,40
Passivos financeiros:	34048,51
Fornecedores	(14182,69)
Financiamentos obtidos	18256,95
Outras contas a pagar	29974,25

16 -BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A 31-12-2015 trabalharam em média 14 pessoas.

16.01 -Gastos com o pessoal e órgãos directivos:

Os gastos reconhecidos no exercício com gastos com o pessoal e órgãos directivos descriminam-se como se segue:

GASTOS COM O PESSOAL

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Gastos com o pessoal:	200108,67	156220,93
Remunerações do pessoal	165672,11	129869,55
Encargos sobre remunerações	34436,56	26351,38

17 -DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Vendas e prestações de serviços por actividade e mercados geográficos em 2015 distribuíram-se da seguinte forma:

INFORMAÇÃO POR ACTIVIDADES ECONÓMICAS

	ActividadeActividadeActividade

Descrição	CAE	CAE	CAE
Vendas:			
Prestação de Serviços	126720,00		
Fornecimento e serviços terceiros	30067,49		
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	32465,37		
Mercadorias	32465,37		
Gastos com o pessoal	200108,67		
Remunerações	165672,11		
Outros (inclui pensões)	34436,56		
Quantia escriturada final	351213,93		

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Descrição	Mercado interno	Mercado comunitário	Mercado externo
Prestação de serviços	126720,00		
Compras	32603,81		
F.S.E.	30067,49		

18 -OUTRAS INFORMAÇÕES

18.01 -Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos tem no exercício de 2015 e 2014 a seguinte composição:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS TERCEIROS

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Serviços especializados	4392,33	5342,91
Trabalhos especializados	3797,85	3786,30
Conservação e reparação	594,48	1526,07
Outros		30,54
Material	2682,91	1799,92
Ferramentas	2539,53	1453,11
Material de escritório	133,38	144,04
Outros	10,00	202,77
Energia e fluidos	14557,64	15681,07
Electricidade	6356,32	6680,48
Combustíveis	7832,23	9000,59
Água	369,09	
Deslocações, estadas e transportes		20,44
Deslocações e estadas		20,44
Serviços diversos	8064,25	6261,95
Comunicação	68,47	522,62
Seguros	1877,24	1566,99
Contencioso e notariado	10,00	
Limpeza, higiene e conforto	6108,54	4169,03
Outros serviços		3,31

18.02 -Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no exercício de 2015 e 2014 a seguinte composição:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Descontos de pronto pagamento obtidos	,04	,91
Outros	10005,42	10005,40
Imputação de subsídios para investimentos	10005,28	10005,31
Outros não especificados	,14	,09
Juros obtidos	15,77	
De depósitos	15,77	
Dividendos obtidos	5,07	7,96

18.03 -Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no exercício de 2015 e 2014 a seguinte composição:

OUTROS GASTOS E PERDAS

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Impostos	137,20	94,45
Gastos e perdas nos restantes inv. financeiros		2,28
Outros	231,64	2,28
Outros não especificados	231,64	2,28
Juros suportados	1445,06	1976,73

19 -ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e/ou divulgações nas contas do exercício.

A DIRECÇÃO **O CONTABILISTA CERTIFICADO**